

E SAGA DA IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO NA TV CONTINUA...

*Livia Maria Villela de Mello Motta

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em diversos tipos de espetáculos, shows, eventos, produtos audiovisuais e programas de TV, por meio de informação sonora, promovendo o acesso à informação e à cultura. Seus benefícios estendem-se também a pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos, pessoas com déficit de atenção, autistas e outros.

O uso do recurso tem sido cada vez mais frequente em peças teatrais, óperas, espetáculos de dança, shows, *stand ups*, musicais, filmes e outros tipos de espetáculos, principalmente nos grandes centros, sendo responsável um grande movimento de inclusão cultural. Pessoas cegas e com baixa visão também podem ser consumidoras de cultura, desde que sejam respeitadas em seus direitos de acessibilidade comunicacional. Quem assiste a um espetáculo, evento, produto ou programa de TV com audiodescrição percebe como é bom ter acesso às informações que as pessoas que enxergam têm, sente-se respeitado e incluído. Passa a reivindicar o recurso em outros produtos, programas, eventos ou espetáculos e a compor um novo público consumidor de cultura que tem acesso à arte, informação e cultura por meio das palavras.

Na televisão, a audiodescrição começou a ser implementada em julho de 2011, depois de grandes embates entre pessoas com deficiência visual e audiodescritores de um lado, radiodifusores e Ministério das Comunicações do outro. De duas horas diárias, como era previsto por lei para ser implementado em 2008, chegando a 100% da programação televisiva em 10 anos, a carga horária de programação audiodescrita foi drasticamente reduzida para insignificantes 2 horas semanais a partir de julho de 2011 e ampliada para 4 horas semanais em julho de 2013.

O Ministério Público Federal entrou com ação em 2013 para que a carga horária fosse revista, para que fosse retomado o cronograma de implementação anterior e que em 11 anos toda a grade de programação televisiva fosse acessível às pessoas com deficiência visual e a outros públicos que do recurso se beneficiam. Claro que isso não foi em frente. Na última quinta feira, (25/9), o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a portaria que obrigava emissoras de TV a disponibilizar 100% de seu conteúdo com audiodescrição em 11 anos. Preferiu voltar atrás e considerar o cronograma anterior de chegar em até 20 horas semanais em 10 anos.

É mesmo uma luta de titãs... Os radiodifusores reclamam que não há profissionais, que não é possível fazer programas ao vivo com audiodescrição, que isso e aquilo. Usam os mesmos argumentos desde 2007. Quase 10 anos já se passaram e continuam batendo na mesma tecla... Desconhecem tantos avanços, tantas conquistas importantes que já têm sido feitas nesta área.

Quem disse que não é possível fazer um programa ao vivo com audiodescrição? Já fazemos isso em congressos e seminários, já fizemos isso em missa transmitida ao vivo para televisão, já fizemos isso em programa de auditório e em outros tipos de eventos. O 1º Curso de Especialização em Audiodescrição do Brasil já está em andamento na Universidade Federal de Juiz de Fora. Muitos e muitos cursos de audiodescrição já foram dados Brasil afora, muitos e muitos filmes feitos, gravados ou apresentados ao vivo, espetáculos de todos os tipos, eventos acadêmicos, corporativos, shows, *stand ups*, óperas, musicais, espetáculos de dança... É só dar uma passeadinha pela internet para conhecer os depoimentos emocionados de pessoas com deficiência visual que experimentam o recurso pela primeira vez, pela segunda, terceira ou pela décima vez...

Além de ser uma carga pequena e pouco representativa, as emissoras não divulgam quais são os programas que têm audiodescrição em sua grade de programação, algumas nem chegam a cumprir a carga exigida por lei, não investem em qualidade, desconhecem o tamanho e o perfil do público alvo, suas preferências e o que pensam do que assistem com acessibilidade. Ou seja, não estão nem um pouco interessadas neste espectador. Esquecem que o público com deficiência assim como o público sem deficiência é consumidor de cultura e informação, e tem o direito de acesso que precisa ser respeitado. A televisão, o maior veículo de comunicação, entretenimento e informação do povo brasileiro, infelizmente, ainda não consegue atingir seus telespectadores com algum tipo de deficiência e principalmente os telespectadores com deficiência visual. Ela é feita para quem enxerga, ouve e entende. Que pena!!! No Brasil, quase 25% da população tem algum tipo de deficiência, de acordo com o último censo.

***Lívia Maria Villela de Mello Motta** é audiodescritora e formadora de audiodescritores desde 2005. Tem mestrado e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC de São Paulo, com parte de seu doutoramento feito na Universidade de Birmingham, Reino Unido. Foi coordenadora dos recursos de acessibilidade comunicacional no Teatro Vivo, o primeiro teatro brasileiro com acessibilidade para pessoas com deficiência visual e mais tarde também para pessoas com deficiência auditiva e surdos. Foi responsável pela exibição da primeira peça e da primeira ópera com audiodescrição no Brasil. Trabalhou como consultora do MEC/UNESCO e criou o site e blog: *VER COM PALAVRAS*, que tem como objetivos a divulgação da audiodescrição nos mais diversos contextos. Organizou junto com Paulo Romeu Filho o primeiro livro brasileiro sobre o tema: *AUDIODESCRIÇÃO: TRANSFORMANDO IMAGENS EM PALAVRAS*. É coordenadora pedagógica do 1º Curso Brasileiro de Especialização em Audiodescrição, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Seus trabalhos com audiodescrição estendem-se a vários gêneros teatrais como: drama, comédia, musical, *stand-up comedy*, monólogo, ópera, dança e dança teatro; filmes, espetáculos circenses, eventos religiosos, acadêmicos e corporativos; aplicação da audiodescrição na escola, em eventos sociais como: casamentos, partos, chá de bebê, exames e outros; e a descrição de imagens estáticas para livros e outras mídias.
Publicado na Revista Reação número 100 – Setembro/Outubro 2014

<http://revistareacao.com.br/website/pdfs/100.pdf>